

## **PROTAGONISMO JUVENIL: EMANCIPAÇÃO E RESISTÊNCIA SOB A ÓTICA DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM OS GRÊMIOS ESTUDANTIS NA DIRETORIA DE ENSINO DE SÃO CARLOS**

**SILVA, Camila Perez \***

**ZUIN, Antonio Álvaro Soares \*\***

### **RESUMO**

O presente relato visa apresentar a experiência de formação de Grêmios Estudantis desenvolvida em escolas da rede pública paulista da Diretoria de Ensino – Região de São Carlos, a fim de problematizá-la a partir dos referenciais teóricos da Teoria Crítica, mais especificamente em relação aos conceitos de emancipação e resistência, tais como foram caracterizados por Theodor W. Adorno. Por meio da análise dos dados obtidos, foi possível concluir que a formação de Grêmios estudantis se constitui um relevante espaço para manifestação das intervenções dos estudantes que os compõem. Estas intervenções foram identificadas tanto no processo de discussão sobre as características de tais Grêmios, quanto na escolha dos estudantes que compuseram sua estrutura administrativa. Quando os educandos são estimulados a participar efetivamente do processo de formação dos Grêmios torna-se possível pensar numa das formas como o conceito de emancipação, tal como foi elaborado por Adorno, se materializa no contexto escolar. Portanto, tais participações podem ser identificadas como atos de resistência à apatia e à dessensibilização do corpo discente, as quais prevalecem atualmente em muitas escolas brasileiras.

**Palavras-chave:** Emancipação; Resistência, Teoria Crítica, Protagonismo Juvenil, Grêmios Estudantis.

---

\* Doutoranda em Educação. Professora titular da Rede Pública Estadual de São Paulo. Atuou na Coordenadoria de Gestão da Educação Básica na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, como Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino de São Carlos e como tutora e mentora em Educação à Distância na UFSCar. Atualmente é professora do Curso de Especialização - Escola de Gestores da UFSCar.

\*\* Professor-Doutor Associado da Universidade Federal de São Carlos, Editor-Associado da revista: "Educação e Sociedade" (CEDES/UNICAMP) e membro do conselho editorial da revista "Pädagogische Korrespondenz" (Frankfurt am Main, Alemanha). Bolsista-pesquisador do CNPq desde 2003, Assessor da FAPESP desde 2000 e da CAPES desde 2012. Professor-visitante do Departamento de Educação da Universidade de York, Inglaterra, por meio do Programa de Intercâmbio com Grupos de Pesquisa do Exterior promovido pela FAPESP (BPE). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Indústria Cultural, Novas Tecnologias, Violência e Educação, Teoria Crítica e Educação, Theodor W. Adorno e a Escola de Frankfurt.

***YOUTH PROTAGONISM: EMANCIPATION AND RESISTANCE FROM THE PERSPECTIVE OF THE FORMATIONAL EXPERIENCE WITH THE STUDENT BODIES OND THE BOARD OF EDUCATION OF SÃO CARLOS***

***SILVA, Camila Perez \****

***ZUIN, Antonio Álvaro Soares \*\****

***ABSTRACT***

*This report aims to present the Student Alumni training experience developed in schools from the state public network Educational Board - Region of São Carlos in order to problematize it from the theoretical framework of Critical Theory, specifically in relation to concepts of emancipation and resistance, such as were characterized by Theodor W. Adorno. Through data analysis, it was concluded that the formation of student Guilds constitutes an important space for the manifestation of the interventions of the students that compose them. These interventions have been identified both in the process of discussion of the characteristics of such Trade, as the choice of students who composed its administrative structure. When the students are encouraged to participate effectively in the process of Guilds training it becomes possible to think of the ways in which the concept of emancipation, as prepared by Adorno, is materialized in the school context. Therefore, such participation can be identified as acts of resistance in front of apathy and desensitization of the student body, which are prevalent in many Brazilian schools.*

***Keywords:*** *Emancipation; Resistance, Critical Theory, Youth Participation, School Government.*

---

*\* Doctorate in Education. Full professor at the State Public Network of. He served on Coordination of Basic Education Management at the São Paulo State Education, as Professor Coordinator of the Board of Educational Center for Education of São Carlos and as a tutor and mentor in Distance Education at UFSCar. He is currently Professor of the Specialization Course - School Managers UFSCar.*

*\*\* Associate Professor Doctor of the Federal University of São Carlos, Associate Editor of the magazine, "Education and Society" (CEDES / UNICAMP) and member of the editorial board "Pädagogische Korrespondenz" (Frankfurt am Main, Germany). Fellow researcher of CNPq since 2003, Advisor to the FAPESP since 2000 and CAPES since 2012. Professor visitor of the Department of Education, University of York, England, through the exchange program with Outdoor Research Groups sponsored by FAPESP (BPE ). Have experience in education, with an emphasis in Philosophy of Education, acting on the following topics: Cultural Industry, New Technologies, Violence and Education, Critical Theory and Education, Theodor W. Adorno and the Frankfurt School.*

## 1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a educação a partir dos pressupostos teóricos da Teoria Crítica significa, dentre outras coisas, identificar maneiras de se esquivar dos impulsos que conduzem à apresentação de soluções paliativas e imediatistas para as complexas problemáticas que envolvem o campo educacional. A relevância analítica desta filosofia permite a compreensão, não apenas das práticas de alienação social, como também, das possibilidades de transformação que envolve a educação. Seus pressupostos teóricos revelam como ocorre a “admissão do domínio integral da sociedade administrada”, e, ao mesmo tempo, se vislumbram “formas de reação de resistência” como possibilidades reais de emancipação mediante a hegemonia global instalada (PUCCI; GOERGEN; FRANCO, 2007, p. 142).

Sob esta ótica, é imprescindível estar atentos aos efeitos negativos de um processo educacional pautado apenas em estratégias de esclarecimento que não levam em conta a forma social sobre como a educação se concretiza enquanto apropriação de conhecimentos técnicos, enquanto *formação* de fato.

Segundo Adorno, o processo formativo deve ter como meta, a condução do aluno à condição de sujeito pleno. Por esse motivo, é primordial combater o processo “semiformativo” disseminado pelo modelo de educação vigente, cuja base é a manipulação ideológica, que distorce a essência de uma formação realmente emancipatória e voltada para a autonomia, impedindo que os homens se eduquem uns aos outros (COHN, 1986).

O sentido primeiro da educação, na perspectiva da filosofia crítica, seria seu direcionamento para a *auto-reflexão crítica*, capaz de possibilitar a contestação consciente da lógica alienante implícita no discurso ideológico propagado nas escolas, revelando assim, mecanismos concretos de resistência com vistas à emancipação, posto que: “[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência” (ADORNO, 1995, p.183).

Todavia, perante a realidade educacional vigente, quais mecanismos possibilitariam o desenvolvimento dessa “consciência verdadeira”, especialmente num país como o Brasil, marcado historicamente por desigualdades econômicas e sociais? Afinal, como ressalta Marcuse (1967, p.23-24):

Independência de pensamento, autonomia e direito à oposição política estão perdendo sua função crítica básica numa sociedade que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos através da forma pela qual é

organizada. Tal sociedade pode, justificadamente, exigir a aceitação dos seus princípios e instituições e reduzir a oposição à discussão e promoção de diretrizes alternativas dentro do *status quo*.

Na tentativa de problematizar as implicações desse processo de *semiformação* e pensar em elementos indispensáveis para traduzir a possibilidade de “emancipação em situações formativas concretas” (ADORNO, 1995, p.180), relataremos a seguir as ações desenvolvidas com os Grêmios Estudantis de escolas públicas paulistas pertencentes à Diretoria de Ensino da Região de São Carlos, analisando-as sob dois ângulos distintos: enquanto mecanismos de permanência, ou de ruptura da ordem, na medida em que os indivíduos apreendem ou não pela experiência, novos níveis de conscientização que podem realmente levar à *formação* em seu sentido pleno, como afirma Adorno.

## **2 RELATO DAS AÇÕES FORMATIVAS COM OS GRÊMIOS ESTUDANTIS NA DIRETORIA DE SÃO CARLOS**

Extinguindo o antigo Centro Cívico Escolar, que havia sido promulgado pelo Decreto Federal nº 68.065/71, o Grêmio Estudantil foi instituído pela Lei Federal nº 7.398 de 1985 e confirmado como importante colegiado pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei Federal nº 9.394 de 1996. Sua criação visava contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades escolares, a fim de que, junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores, ocorra a efetivação do regimento escolar.

Todavia, para além desta legislação que assegura a legalidade dos Grêmios Estudantis, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) a partir do Decreto nº 48.486 de 2004, em seu artigo 4º, inciso II, b, passou a vincular a existência dessa instância estudantil ao Bônus Mérito<sup>1</sup>:

[...] ações desenvolvidas pela escola no ano letivo de 2003 – indicador será traduzido em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco) pontos e aferido mediante aplicação da Tabela 3 do Anexo I deste decreto, considerando: 1- existência de grêmio estudantil, desde que a última eleição tenha ocorrido entre 10 de fevereiro de 2003 e 31 de maio de 2003, com base em informações fornecidas pelo Dirigente Regional de Ensino (Diário Oficial de 10/02/2004, Anexo III).

Por esse motivo, muitas escolas passaram a constituir o Grêmio mais em virtude da bonificação, do que pela sua essência democrática, distorcendo assim, a função política dessas agremiações.

Atualmente estão constituídas em todo Estado de São Paulo 3.477 agremiações<sup>ii</sup>, das quais 43 pertencem à jurisdição da Diretoria de São Carlos, sendo 10 dessas agremiações constituídas exclusivamente por alunos de até 11 anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Faz-se necessário verificar, porém, em que medida as ações desenvolvidas por esses Grêmios Estudantis efetivamente possibilitam os fins a que se propõem ou, ao contrário, permanecem apenas no plano formal, cumprindo mais uma função ideológica do que emancipatória.

Para problematizar a efetivação dos pressupostos legais dos Grêmios Estudantis, seguiremos com o relato da experiência formativa desenvolvida na Diretoria de Ensino – Região de São Carlos.

A partir de julho de 2013, a Diretoria iniciou um processo de dinamização das ações de formação das agremiações estudantis, em um trabalho que envolveu agentes públicos, supervisores, diretores de escola e Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico, visando fomentar o protagonismo juvenil e otimizar a funcionalidade deste importante colegiado em prol da orientação dos alunos em relação aos mecanismos de participação política no cotidiano das escolas.

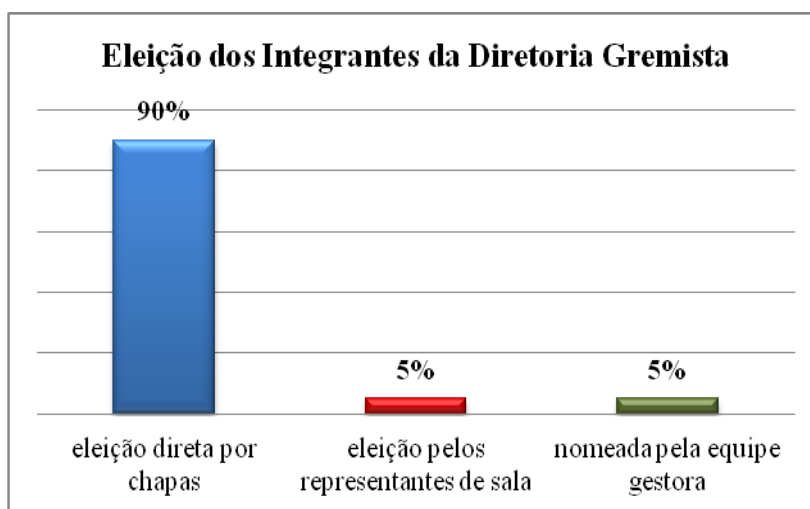
Antes do trabalho realizado por esta Diretoria de Ensino, das 43 escolas a ela pertencentes, apenas 20% realizavam a eleição do Grêmio Estudantil anualmente.

As ações formativas consistiam basicamente em Orientações Técnicas oferecidas pelos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico aos alunos, professores e gestores acerca da importância da atuação dos grêmios, cujo foco visava a explicação dos trâmites legais imprescindíveis para a constituição das agremiações, tais como, montagem das chapas, cerimônia de posse, reuniões extraordinárias, preenchimento das atas e a retomada do histórico de atuação das agremiações anteriores.

O resultado destas orientações foi a constituição, em 2013, de 33 novas diretorias gremistas, o que representa 77% das escolas da região. Entre 2014 e 2015, o trabalho foi expandido chegando e atingir 100% das escolas, inclusive as que oferecem exclusivamente o Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

O modo como foram realizadas as eleições também representou um importante avanço, posto que antes dessas ações, 90% das escolas constituíam suas agremiações através da indicação dos professores e da equipe gestora e não por votação direta das chapas. A partir de

2014, porém, 90% das escolas passaram a constituir suas agremiações através da eleição democrática das chapas que passaram a serem formadas espontaneamente pelos estudantes:



**Gráfico 1** – Modo como foram realizadas as eleições das diretorias gremistas após as ações.

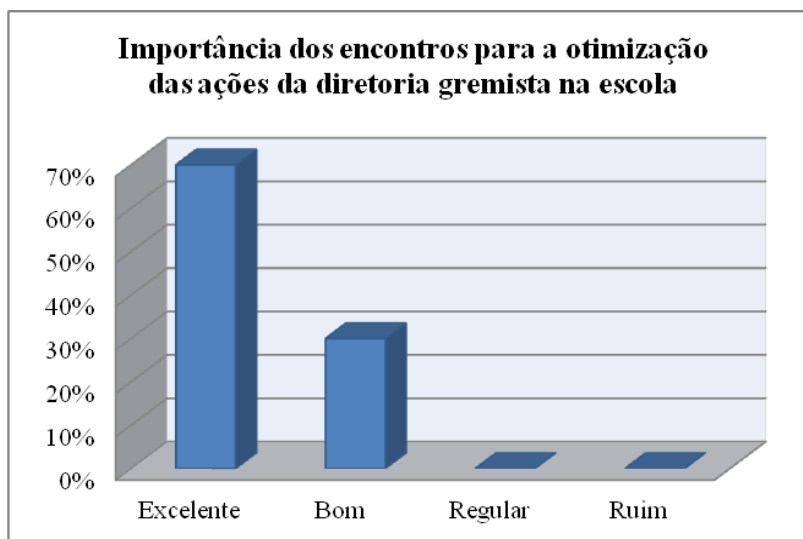
A grande maioria dos alunos gremistas relatou que as propostas apresentadas durante o período de eleição das chapas somente puderam ser efetivadas em virtude dessa experiência formativa oferecida pela Diretoria de Ensino de São Carlos.

Em vista do fortalecimento do protagonismo juvenil, a Diretoria de Ensino passa então a promover Encontros Regionais com os Grêmios Estudantis, inaugurando um espaço de diálogo e de troca de experiências, possibilitando assim, a socialização das ações colaborativas desenvolvidas nas escolas. Desde o início desse trabalho foram realizados:

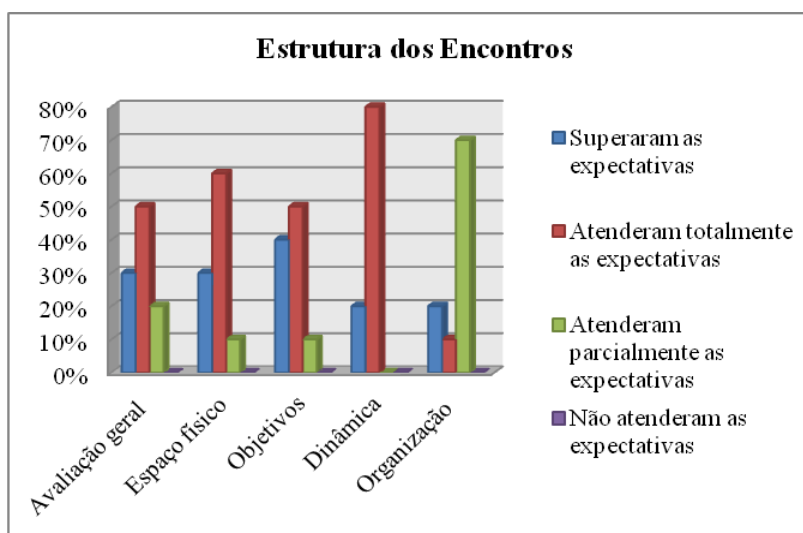
- ✓ Quatro encontros regionais com todas as diretorias gremistas eleitas, sendo que em um deles esteve presente o Secretário da Educação Herman Voorwald e autoridades locais, os quais tiveram a oportunidade de conhecer as ações desenvolvidas pelos estudantes gremistas nas escolas;
- ✓ Uma audiência com o Secretário da Educação e os presidentes das diretorias gremistas na sede da SEE/SP, em comemoração ao Dia do Estudante;
- ✓ Um congresso regional com os presidentes e vice-presidentes dos grêmios para divulgação e avaliação do projeto Currículo +, cujo objetivo é o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem com ênfase na incorporação das novas tecnologias em sala de aula. A possibilidade de poder opinar acerca desse projeto fez com que novamente os estudantes se sentissem valorizados,

fortalecendo assim a importância do senso crítico, uma vez que os apontamentos feitos por eles ao programa se tornou referência em todo o Estado.

Essas ações foram avaliadas positivamente pelos estudantes em vista do reconhecimento em termos da pertinência do trabalho desenvolvido, o que reforçou ainda mais a representatividade política desses nas unidades escolares, contribuindo para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos.



**Gráfico 2** – Avaliação dos alunos, professores e gestores sobre a relevância dos Encontros.

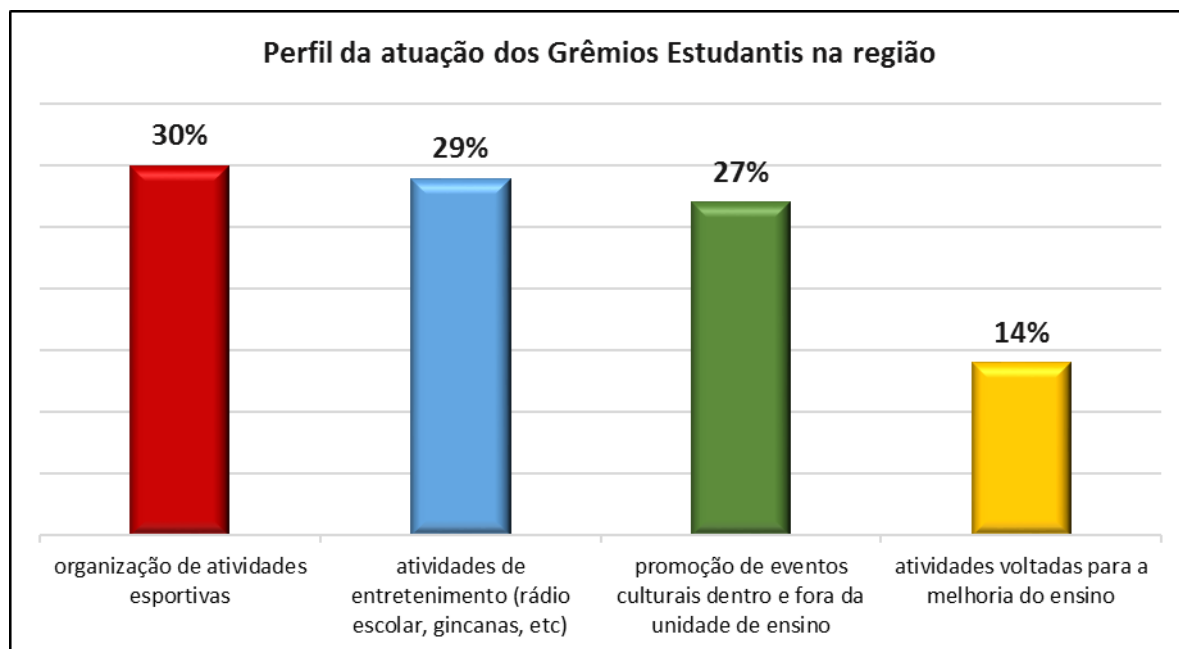


**Gráfico 3** – Avaliação dos alunos, professores e gestores acerca da organização dos Encontros.

Após a realização dos encontros, a Diretoria passou a desenvolver um trabalho de orientação acerca da importância do planejamento constante das agremiações nas escolas, evitando assim, o comum esvaziamento de propósitos que ocorria sempre em meados do 2º semestre do ano letivo. Em virtude disso, foi solicitado aos alunos gremistas, professores e



gestores, a elaboração de um Plano de Ação, através do qual foi possível traçar um perfil da atuação dos Grêmios Estudantis na região. De acordo com os planos:



**Gráfico 4** – Atividades desenvolvidas pelas diretorias gremistas a partir de 2014.

Os estudantes também encaminharam à SEE/SP um abaixo-assinado solicitando melhorias nos centros de informática disponíveis nas escolas, em virtude da precariedade em termos da qualidade da conectividade e das máquinas, que acabam provocando a subutilização desses importantes espaços de aprendizagem.

Desta forma, verificou-se que “[...] o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma auto-relação nova e positiva” (HONNETH, 2003, p. 259), muito embora em algumas escolas esses estudantes ainda encontrem dificuldade em assumir o protagonismo e a autonomia que lhes é de direito.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas novas formas de atuação e de participação dos educandos no interior do sistema vigente não devem ser reduzidas à mera conformidade frente às normas institucionalizadas “vindas de fora”. Ao contrário: segundo os estudantes, tais iniciativas contribuíram para estimular não apenas sua participação política e representatividade nas unidades escolares, como também, seu potencial crítico, na medida em que esses foram, através dessas ações,



tomando consciência da complexidade dos problemas que envolvem a realidade educacional na qual estão inseridos. Neste sentido, observa-se que este caso da participação dos estudantes nas formas das agremiações constituídas demonstra, entre várias outras formas de mediação, que ainda é possível se pensar em ações que materializem o sentido do conceito de emancipação anteriormente destacado.

É inviável, porém, mensurar toda influência desse trabalho para alunos, professores e gestores, assim como as implicações subjetivas dessa experiência formativa para os membros dos grêmios e a comunidade escolar. No entanto, como uma das maiores contribuições da Teoria Crítica é a problematização acerca dos fatos, poderíamos nos arriscar em afirmar que tais iniciativas representaram uma importante tentativa de “reanimação da aptidão a realizar experiências”, uma vez que é justamente a ausência de experiência que conduz à *semiformação*. Como ressalta Adorno (1995) a “[...] aptidão à experiência constitui propriamente um pressuposto para o aumento do nível de reflexão Sem aptidão à experiência não existe propriamente um nível qualificado de reflexão” (p. 149-150).

Isso não significa que a organização dos grêmios, em muitas escolas, não permaneça sob o jus da manipulação ideológica. Todavia, o que ficou evidente nesse processo, foi a tentativa de inaugurar possíveis mecanismos de *resistência*, com vistas ao desenvolvimento de um potencial efetivo de formação para a *emancipação*, uma vez que as ações desenvolvidas possibilitaram, antes de qualquer coisa, a tomada de consciência desses alunos em relação à complexidade educativa que os envolve.

O primeiro passo é a tomada de consciência em relação à *semiformação*, que se materializa, no caso específico dos grêmios estudantis, no comportamento de passividade e de conformismo dos estudantes em relação à vida política escolar, o que não foi o caso em relação a este relato de experiência. Justamente a partir da reflexão sobre tal apatia e dessensibilização é que se avançou, na medida do possível, para além do estabelecido.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **A Teoria Crítica**. Rio do Janeiro: Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e emancipação**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução e Introdução de Wolfgang Leo Maar. 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Semicultura**. In: Revista “Educação e Sociedade”. Campinas: n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, pág. 388-411.

\_\_\_\_\_.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 1985.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CONH, G. (Org). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 54).

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, São Paulo, SP, de 10 de fevereiro de 2004.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LEO MAAR, W. **Adorno**: Semiformação e educação. In: Educação e Sociedade. Dossiê Adorno e a Educação. São Paulo. V.24. N.83, 2003.

MARCUSE, H. **Ideologia da Sociedade Industrial**: O Homem unidimensional. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967

PUCCI, B.; GOERGEN, P.; FRANCO, R. **Dialética Negativa, Estética e Educação**. São Paulo: Alínea, 2007.

SÃO PAULO (SP). **Decreto nº 48.486 de 09 de fevereiro de 2004**. Dispõe da regulamentação e definição dos critérios para concessão do Bônus aos integrantes do Quadro do Magistério.

ZUIN, A. A. S. **A indústria cultural e educação**: o novo canto da sereia. Campinas: Autores Associados/FAPESP, 1999.

---

<sup>i</sup> A bonificação constitui uma vantagem pecuniária que é concedida uma única vez no ano aos integrantes das classes docentes ocupantes de cargo ou função-atividade do Professor de Educação Básica I, de Professor de Educação Básica II e de Professor II, em exercício nas unidades escolares e órgãos da estrutura básica da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

<sup>ii</sup> De acordo com o Núcleo de Articulação de Iniciativas com Pais e Alunos (NUART), órgão da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo responsável pela estruturação dos colegiados na rede de ensino pública paulista.